

**Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte**

**Direcção de Serviços de Agricultura e Pescas**

## **Divisão de Vitivinicultura**

### **Regulamento de Gestão e de Controlo Interno**

**Definido ao abrigo do  
Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas da DRAPN de 2010**

Por:

*Director de Serviços de Agricultura e Pescas  
Chefe de Divisão de Vitivinicultura*

*Com a colaboração de:  
Carlos Vicente Pereira Sampaio  
José Manuel Barbosa Leão Campos*

Dezembro 2010

## ÍNDICE

1.	<u>Enquadramento no Plano</u> .....	2
1.1.	Definição das atribuições da Divisão de Vitivinicultura .....	2
1.2.	Nota metodológica e identificação dos processos.....	2
2.	<u>Definição do Sistema de Controlo Interno por área funcional/processo</u> .....	3
2.1.	Benefícios Financeiros. ....	3
2.1.1.	Prémio ao Arranque. ....	3
2.1.2.	VITIS .....	4
2.2.	Acções de Acompanhamento .....	4
3.	Anexos e Check Lists:.....	5
	Anexo nº.1 – Declaração de imparcialidade. ....	6
	Anexo nº.2 – VITIS.....	7

## **1. Enquadramento no Plano**

### **1.1. Definição sumária das atribuições da Divisão de Vitivinicultura**

A Divisão de Viticultura desenvolve as seguintes atribuições:

- a) Promover o apoio técnico ao desenvolvimento da viticultura;
- b) Promover a caracterização e avaliação dos sistemas de produção e das práticas culturais mais representativas e ou mais aconselhadas em função das necessidades agro-ecológicas existentes;
- c) Assegurar em colaboração com o Instituto da Vinha e do Vinho e Instituto dos Vinhos do Douro e Porto o cumprimento das regras de condicionamento da cultura da vinha e prestar apoio técnico nas acções de reconversão e cadastro;
- d) Colaborar com as delegações NUT III na implementação da componente técnica da sua área de intervenção;
- e) Colaborar com os serviços centrais competentes a execução da política de multiplicação de plantas;
- f) Promover, incentivar e apoiar tecnicamente o estudo da reconversão da vinha com vista à mecanização, salvaguardando os aspectos qualitativos e a preservação do meio ambiente;
- g) Elaborar pareceres técnicos na área vitivinícola;
- h) Fomentar a criação e desenvolvimento de parcerias público-privadas;
- i) Promover a adopção de sistemas de modos de produção sustentáveis;
- j) Assegurar a engenharia aplicada à agricultura, em articulação com a DSVAS, nomeadamente ao nível da utilização e gestão da água e do solo.

### **1.2. Nota metodológica e identificação dos processos**

No **Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas da DRAPN**, foi elaborado um diagnóstico dos principais processos que revelou que, na generalidade, estes padecem de controlo interno, pelo que o Plano procura corrigir esta situação através da criação de Manuais e ou Regulamentos Específicos para cada tipologia de processos.

Os Regulamentos e os Manuais indicados nas medidas serão submetidos à aprovação prévia do Director Regional e deverão contemplar designadamente a segregação de funções, declarações de interesses, verificação aleatória dos processos e sua periodicidade.

A implementação das Medidas é atribuída em princípio aos dirigentes directos que efectuem a gestão das áreas funcionais e em algumas têm também o concurso do Director dos Serviços de Apoio e Gestão de Recursos sempre que o impacto financeiro dos processos seja significativo.

Os controlos internos a realizar pelos dirigentes directos serão objecto de relatórios a submeter ao Director Regional no fim dos períodos estabelecidos nos correspondentes Regulamentos ou Manuais.

Contudo, poderá o Director Regional em qualquer momento decidir mandar efectuar auditorias e controlos aos procedimentos definidos através do Núcleo de Assessoria, Auditoria e Projectos.

Prevê igualmente o plano que os processos não incluídos possam ser também objecto de controlo através do Núcleo de Assessoria, Auditoria e Projectos com base em proposta previamente aprovada pelo Director Regional.

Na Divisão de Vitivinicultura foram identificados processos na área de atribuição de benefícios financeiros, a incluir na programação de 2010, que, como é explicitado no Plano, resultaram de uma avaliação empírica “**Os riscos identificados bem como a sua frequência são potenciais e são o resultado de avaliação de sensibilidade efectuada por equipas específicas, uma vez que ainda não há registos de controlo anteriores sistematizados que pudessem ajudar a formular juízos diferentes.**”

### **Tipologia dos Processos:**

*Área de benefícios financeiros:*

- Prémio ao arranque da vinha
- VITIS

## **2. Definição do Sistema de Controlo Interno por área funcional/processo**

Como princípio base de funcionamento a organização interna da Divisão de Vitivinicultura garante sempre uma correcta “segregação de funções” entre todos os intervenientes em cada processo e nas suas fases,

### **2.1. Benefícios Financeiros**

#### **2.1.1 Prémio ao Arranque**

Fases do Processo na DRAPN:

- 1ª. Avaliação documental
- 2ª. Vistoria/Parecer

Os riscos que potencialmente foram identificados no Plano acima referido para as diferentes fases desta tipologia de processos foram qualificados como frequentes ou muito frequentes. Contudo, 2010 foi o último ano da medida a qual foi formatada para três campanhas, restando para 2011 a realização de vistorias de campo para confirmação dos arranques. Por esse motivo entende-se vir a efectuar acções de controlo às vistorias a serem efectuadas in loco, com frequência mensal, tomando-se por base a totalidade dos pedidos aprovados na última campanha e até perfazer uma **amostra construída aleatoriamente de 1%**.

Os controlos serão efectuados pelo Chefe de Divisão na presença dos técnicos encarregues de cada processo e a amostra é definida pelo Director de Serviços e serão objecto de relatório a apresentar ao Director Regional.

Como medida complementar todos os processos serão capeados por uma declaração de interesses dos técnicos que farão as vistorias e proporão a respectiva decisão (anexo 1).

## **2.1.2 Regime de Apoio à Reestruturação e Reconversão da Vinha (RARRV) (vulgo VITIS)**

### **A. Enquadramento legal**

A Portaria 1144/2008 de 2 de Outubro estabelece para o Continente as normas complementares de execução do Regime de Apoio à Reestruturação e Reconversão das Vinhas, nos termos do artigo 103.º-Q do Regulamento (CE) n.º 1234/2007 do Conselho de 22 de Outubro, bem como fixa os procedimentos administrativos aplicáveis à concessão das ajudas previstas.

### **B. Circuito interno dos processos e orientações**

As candidaturas ao RARRV dão entrada nas Delegações Regionais e são reencaminhadas para os três núcleos da Divisão de Vitivinicultura: Braga, Porto e Régua.

As candidaturas das Delegações de Minho-Lima, Cavado, Alto-Trás-os Montes e Nordeste Transmontano são encaminhadas para o núcleo de Braga; as das Delegações do Tâmega, Entre Douro e Vouga e Ave, para o núcleo do Porto e as da Delegação do Douro para o núcleo da Régua.

Nestes núcleos, numa primeira fase, as candidaturas são objecto de análise documental e decisão de elegibilidade. Posteriormente são enviadas para controlo físico (verificação dos investimentos realizados) e, após análise, é decidido o pagamento da ajuda.

Os critérios adoptados nestes procedimentos pela DRAPN emanam das orientações estabelecidas em circular da responsabilidade do Instituto da Vinha e do Vinho, IP (IVV) e de orientações definidas pelo Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP (IFAP).

### **C. Controlo Interno**

Conforme se referiu no Plano os processos ao abrigo do Regime de Apoio à Reestruturação e Reconversão da Vinha (RARRV) (vulgo VITIS) estão totalmente informatizados com ligação on-line à Unidade de Gestão e também são objecto de controlo externo.

Fases do Processo na DRAPN:

- 1ª. Distribuição dos pedidos de apoio
- 2ª. Análise dos pedidos de apoio
- 3ª. Realização de controlos de campo e elaboração de relatório de controlo
- 4ª. Confirmação do relatório de controlo
- 5ª. Pagamento do benefício

Os riscos que potencialmente foram identificados no Plano acima referido para as diferentes fases desta tipologia de processos foram qualificados como pouco frequentes, muito frequentes e inexistentes. Por esse motivo entendeu-se efectuar acções de controlo interno traduzidas na realização de análises de conformidade aos processos através do recurso a uma check list (anexo nº.2).

A verificação aleatória das candidaturas será realizada no final de cada fase da candidatura, numa amostra correspondente a 5% das candidaturas entradas a ser definida pelo Director de Serviços e as fases a considerar são as seguintes:

- 1.<sup>a</sup> - Fase de análise e decisão de elegibilidade da candidatura
- 2.<sup>a</sup> - Fase de realização do controlo dos investimentos efectuados
- 3.<sup>a</sup> - Fase de decisão do controlo dos investimentos efectuados
- 4.<sup>a</sup> - Fase de decisão do pagamento dos investimentos realizados

As análises aos processos da amostra serão efectuadas pelo Chefe de Divisão na presença dos técnicos encarregues pelas diferentes fases de cada processo. Cada análise será objecto de um relatório a apresentar ao Director Regional.

Como medida complementar todos os processos serão capeados por uma declaração de interesses dos técnicos que farão a sua análise e proporão a respectiva decisão (anexo 1).

### **3. Anexos**

Anexo nº. 1 – Declaração de imparcialidade.

Anexo nº. 2 – VITIS (Check list)

## Anexo nº. 1 – Declaração de Interesses

### **DECLARAÇÃO** (Garantias de Imparcialidade)

\_\_\_\_\_, a exercer funções na Divisão de \_\_\_\_\_, da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas, por Tempo Indeterminado, declara(o) sob compromisso de honra, que não me encontro em nenhuma das situações integráveis nas normas contidas no art.º 44.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto Lei n.º 442/91, com a nova redacção dada pelo Decreto Lei n.º 6/96, de 23 de Janeiro.

Mais declaro, sob compromisso de honra, que não me encontro impedida(o) ao abrigo de qualquer norma prevista em Lei especial.

, --/--/20--



Anexo nº. 2



Ministério da  
Agricultura,  
do Desenvolvimento  
Rural e das Pescas

DRAP Norte  
Direcção Regional  
de Agricultura e Pescas  
do Norte

DIVISÃO DE VITICULTURA

**Regime de Apoio à Reestruturação e Reconversão das Vinhas RARRV (VITIS)**

**Ficha de verificação de procedimentos**

Responsável pela verificação das medidas de controlo interno

C: Conforme NC: Não Conforme

1. Análise e decisão de elegibilidade da candidatura	C	NC
1.1 Consta o registo de entrada na Unidade Orgânica no Formulário de candidatura e na Declaração de Conteúdo Processual	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.2 Nos documentos consta a identificação do responsável pela recepção e organização do processo de pedido, bem como a respectiva data	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.3 Na candidatura consta a check-list de controlo documental	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.3.1 No processo consta a correspondência trocada com o candidato para efeitos de clarificação ou pedido de documentos em falta	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.4 Na candidatura consta a data da conclusão do processo de avaliação documental e verificação das condições de elegibilidade e o respectivo parecer técnico, a fim de passar à fase de decisão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.5 No processo existe a comunicação oficial da decisão da candidatura	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Realização do controlo dos investimentos efectuados	C	NC
2.1 Foi respeitada a segregação de funções e verificada a certificação dos controladores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.2 O candidato foi contactado previamente no prazo previsto	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.3 Foram controlados todos os investimentos propostos na candidatura	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.4 O formulário de controlo está datado e assinado com a respectiva identificação dos controladores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Decisão do Controlo dos investimentos efectuados	C	NC
3.1 Verificar se está presente no formulário de controlo o parecer técnico, o parecer do superior hierárquico e a decisão, devidamente assinados e datados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.2 Verificar se o decisor possui competências para o efeito	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Decisão do pagamento dos investimentos realizados	C	NC
4.1 Verificar se está presente na ficha de decisão o parecer e a decisão, devidamente assinados e datados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4.2 Verificar se o decisor possui competências para o efeito	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Reclamações	S	N
4.1 Existe registo de reclamações dos candidatos ?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4.2 Qual o encaminhamento dado às mesmas?		

Observações:

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_; Ass: \_\_\_\_\_